

CONSTITUINTE

“Quem quiser avançar, vai ter de negociar”, diz Mário Covas

por Francisco Stella Fogá de Brasília

As votações nas 24 subcomissões da Constituição deram o primeiro sinal concreto de que nenhum avanço será conseguido sem muita negociação entre os progressistas e os grupos de centro e até de direita. “Se alguém quiser reter ou avançar mais do que o possível, não vai conseguir”, avaliava ontem o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. “Quem quiser avançar”, afirmou, “vai ter de negociar.”

Conservadoras na ordem econômica, avançadas, enquanto programa, na ordem social, as propostas vencedoras precisarão percorrer um caminho repleto de incógnitas para sobreviverem às próximas etapas da Constituinte, nas comissões, na Comissão de Sistematização e finalmente no plenário. Nenhuma das tendências observadas nas subcomissões, segundo Covas, pode ser tomada como

média ou como parâmetro do que vai prevalecer.

As tendências conservadoras minaram integralmente o anteprojeto do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão de Reforma Agrária. Do texto original, que propunha um elenco de instrumentos destinados a viabilizar a reforma agrária, entre eles a posse imediata dos imóveis desapropriados e a fixação de limites máximos das propriedades rurais, nada sobreviverá às tumultuadas sessões de votação.

Por uma diferença muito apertada, acabou por prevalecer o propósito do grupo conservador. A proposta na subcomissão resumiu-se a dois artigos inexpressivos. Um deles garante o direito de propriedade de imóvel rural, com recomendação meramente programática de que “deve cumprir função social”; o outro cria “varas especiais para dirimir conflitos nas regiões de tensão social”.

Também na Subcomis-

são de Princípios Gerais da Ordem Econômica o anteprojeto do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA) foi derrubado pelo grupo conservador. Na área urbana, o anteprojeto do deputado José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG) foi considerado pela corrente progressista do PMDB tão fora da realidade que dificilmente sobreviverá. O anteprojeto propõe a canalização de recursos para a construção de habitações populares exclusivamente para cidades de pequeno e médio porte, ignorando os problemas dos grandes centros urbanos.

Na área social, conforme a avaliação do deputado Antônio Britto (PMDB-RS), vice-líder de Mário Covas, houve avanços, mas praticamente todos expressos em normas programáticas. Portanto, de eficácia duvidosa. Também na área institucional, avalia Britto, houve avanços, como o fortalecimento do Poder Legislativo e na ampliação dos direitos e garantias individuais.

Britto, que participou ativamente da formação das comissões e subcomissões

da constituinte, acredita que o resultado das votações do fim de semana não surpreendeu. Somado aos partidos de esquerda, o grupo de 210 constituintes do PMDB comprometido com mudanças tem 260 votos, pouco menos que a metade dos 559 constituintes. Sua derrota em diversas subcomissões indica a mesma proporção do conjunto. Mas, acima de tudo, segundo Britto, indica que também será fácil ao grupo conservador aprovar as suas propostas. Ambos terão de negociar, pondera.

Ao contrário da reforma agrária, assunto que conduz a posições claramente polarizadas, há, segundo Britto, uma série de questões que, bem negociadas, poderão levar a avanços. E o caso, por exemplo, das concessões de rádio e televisão.

Na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, foi rejeitada a proposta da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que previa a criação de uma comissão com poderes para decidir sobre a concessão, rompendo o sistema vigente de decisões personalistas.

Sistema financeiro: as propostas aprovadas

por Francisco Stella Fogá de Brasília

Com exceção da proposta de limitar em 12% a taxa de juros reais, o anteprojeto do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, foi integralmente aprovado na votação do fim de semana.

O anteprojeto encaminhado ontem à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças propõe a extinção do Conselho Monetário Nacional, condiciona a concessão de aval do Tesouro Nacional à autorização do Legislativo, proíbe bancos estrangeiros instalados no País de receber depósitos, cria uma comissão no Congresso com poderes para vetar as decisões da área econômica do governo e proíbe o Banco Central (BC) de emitir títulos públicos destinados a cobrir dívidas. Pela proposta, o (BC) somente pode emitir títulos para regular a liquidez.

A proposta também res-

taura as prerrogativas do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária. Também ao Congresso é atribuída competência para estabelecer os limites e as condições para autorizar a emissão de moeda e de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal.

A comissão mista do Congresso cuja criação é proposta poderia, por iniciativa própria ou por solicitação de um terço do Senado e da Câmara, determinar a sustação temporária ou definitiva de deliberações do Executivo sobre política monetária, de crédito e cambial. O Congresso teria prazo de trinta dias para derrubar o veto da comissão. Não deliberando sobre o veto, a decisão da comissão seria mantida.

Somente o Tesouro Nacional, através do Banco do Brasil, poderia emitir títulos da dívida pública, cujos recursos somente poderiam ser utilizados para cobrir despesas previstas no orçamento fiscal.

O mandato de cinco anos é definido como uma grande vitória

por Edson Beó de Brasília

“Conseguimos uma grande vitória”, afirmou o líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), após uma audiência no Palácio do Planalto, referindo-se ao parecer da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, que optou por um mandato de cinco anos para os sucessores do presidente José Sarney. Apesar de Sarney já se ter manifestado a favor do presidencialismo, Sant’Anna disse que a proposta parlamentarista foi recebida com “naturalidade” pelo governo. “A subcomissão aprovou um parlamentarismo possível para um Brasil real”, definiu. O líder conclui que os resultados obtidos no final de semana, nas outras comissões, indicam que os parlamentares fiéis ao presidente estão conseguindo defender, com sucesso, os interesses do governo na Constituinte.

O presidente Sarney, segundo relato do assessor Carlos Zarur, respondeu ontem, a dois repórteres da TV Zetá, do Uruguai, que já tinha dado por encerrada a discussão da duração de seu mandato. De acordo com Zarur, Sarney explicou que confiava plenamente numa definição por cinco anos, na Constituinte. Para justificar essa previsão, o presidente lembrou que ele era sustentado por uma coligação partidária que possui dois terços das cadeiras do Congresso Nacional. Na ocasião, Sarney respondera que “as Forças Armadas estão prestando um serviço muito valioso à consolidação da democracia no País”.

Ainda ontem, Sarney recebeu do governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, um telegrama de apoio à duração de cinco anos para seu mandato. “apesar de continuar convencido da legitimidade do seu mandato de seis anos”, conforme salientou. E o décimo quarto governador que telegrafa para Brasília, apoiando o mandato de cinco anos, segundo levantamento do secretário de Imprensa, Frota Neto.

O governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, que ontem esteve com Sarney, pedindo-lhe ajuda financeira para o estado, reafirmou sua solidariedade ao governo. Segundo assegurou, dez dos onze parlamentares mato-

Executiva deve reunir-se na quinta

por Andrew Greenlees de Brasília

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, considerou ontem “provável” uma reunião da comissão executiva nacional do partido nesta quinta-feira, para deliberar sobre o possível adiamento da convenção partidária marcada para os próximos dias 13 e 14.

Ulysses informou ter recebido solicitações para esta reunião por parte das bancadas de Pernambuco e da Bahia, além de seis governadores que preferiu não identificar. O deputado deverá ouvir hoje os principais líderes pernambucanos sobre o eventual adiamento.

A convenção foi convocada para definir a posição do PMDB sobre o sistema de governo mais adequado para o País, além da duração do mandato do presidente José Sarney e seus sucessores. O deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima decidiu pedir o adiamento depois do pronunciamento no qual Sarney comunicou que permanecerá cinco anos na Presidência.

“O confronto só interessa aos conservadores”, disse Maurílio na semana passada, ao anunciar que faria o pedido de adiamento a Ulysses. No Congresso, por outro lado, é forte a impressão de que a própria convenção poderia ser dominada pelos “moderados”, favoráveis aos cinco anos. Ulysses estaria disposto a promover o adiamento.

grossenses votarão pelos cinco anos de mandato.

O secretário Frota Neto nega que o governo esteja colocando em prática uma política de retaliação, para arregimentar novos aliados políticos na defesa do mandato de cinco anos. Mas, observou que Sarney vai favorecer os políticos sintonizados com o Palácio do Planalto. Isso, segundo acentuou, decorre de “uma exigência da necessidade de o governo trabalhar em equipe”. O assessor lembrou que Sarney atua para fortalecer as relações político-partidárias, em função das características próprias de “um governo de coligação e de transição democrática”. A “sintonia” na equipe do governo, segundo frisou Frota Neto, é fundamental para atender aos “interesses nacionais”.

“Acidente de percurso”

por Andrew Greenlees de Brasília

Se dependesse exclusivamente da subcomissão da Organização Eleitoral e Partidária da Constituinte, os futuros presidentes da República exerceriam o mandato por quatro anos. Essa decisão, no entanto, decorre de um “acidente de percurso”, como definiu um dos membros desta subcomissão.

O “acidente” começou quando a subcomissão, com maioria dos membros favorável ao mandato de cinco anos, decidiu ser de sua competência a definição desse tema e não apenas da subcomissão do Poder Executivo. Os “cinquistas”, como são chamados, votaram nesse sentido justamente para poderem depois aprovar uma emenda do deputado Saulo Quei-

rizo, do PFL, confirmando esse período no lugar dos quatro anos determinados pelo relatório original, do deputado Francisco Rossi, do PTB.

Inesperadamente, porém, o presidente da subcomissão, o pernambucano Israel Pinheiro Filho (um “cinquista”) rejeitou a apresentação de emendas, fazendo prevalecer o texto de Rossi. O mandato de quatro anos, então, foi determinado pela subcomissão, que agora enviará seu relatório à Comissão de Organização Eleitoral Partidária e de Garantia das Instituições.

O mandato específico do presidente Sarney deverá ser analisado no final da noite. O texto de Rossi marca eleições para noventa dias após a promulgação da nova Carta.